Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023 7

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 51

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 52

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 53

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.301.299
Preferenciais	6.301.299
Total	12.602.598
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	3.185.940	3.165.566
1.01	Ativo Circulante	166.589	127.893
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.538	45.550
1.01.02	Aplicações Financeiras	64.163	15.742
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	64.163	15.742
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	64.163	15.742
1.01.03	Contas a Receber	44.000	42.616
1.01.03.01	Clientes	44.000	42.616
1.01.04	Estoques	6.346	9.050
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.430	9.049
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.430	9.049
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.110	5.885
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2	1
1.01.08.03	Outros	2	1
1.02	Ativo Não Circulante	3.019.351	3.037.673
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	448.256	443.002
1.02.01.04	Contas a Receber	15.899	15.705
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	15.899	15.705
1.02.01.07	Tributos Diferidos	432.348	427.288
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	432.348	427.288
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9
1.02.03	Imobilizado	37.570	38.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.570	38.722
1.02.04	Intangível	2.533.525	2.555.949
1.02.04.01	Intangíveis	2.533.525	2.555.949
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.456.923	2.477.233
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	76.602	78.716

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	3.185.940	3.165.566
2.01	Passivo Circulante	246.382	256.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.446	11.665
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.446	11.665
2.01.02	Fornecedores	43.821	51.339
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.808	6.586
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	96.777	73.415
2.01.04.02	Debêntures	96.777	73.415
2.01.05	Outras Obrigações	11.393	16.714
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	404	291
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	404	291
2.01.05.02	Outros	10.989	16.423
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.609	1.667
2.01.05.02.05	Outros	363	382
2.01.05.02.06	Receita acessória antecipada	5.921	11.261
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	3.096	3.113
2.01.06	Provisões	77.137	97.146
2.01.06.02	Outras Provisões	77.137	97.146
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	77.137	97.146
2.02	Passivo Não Circulante	1.375.384	1.331.971
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.204.117	1.175.664
2.02.01.02	Debêntures	1.204.117	1.175.664
2.02.02	Outras Obrigações	2.196	2.633
2.02.02.02	Outros	2.196	2.633
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	2.196	2.633
2.02.04	Provisões	133.057	119.496
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	114.704	104.461
2.02.04.02	Outras Provisões	18.353	15.035
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	18.353	15.035
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	36.014	34.178
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	36.014	34.178
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	36.014	34.178
2.03	Patrimônio Líquido	1.564.174	1.576.730
2.03.01	Capital Social Realizado	2.451.400	2.451.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-887.226	-874.670

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	164.241	223.717
3.01.01	Receita operacional líquida	164.241	223.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.399	-183.198
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-110.399	-183.198
3.03	Resultado Bruto	53.842	40.519
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.942	-26.496
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.052	-27.021
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	110	525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.900	14.023
3.06	Resultado Financeiro	-51.515	-56.654
3.06.01	Receitas Financeiras	2.728	4.795
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.243	-61.449
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.615	-42.631
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.060	8.485
3.08.02	Diferido	5.060	8.485
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.555	-34.146
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.555	-34.146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	-0,004
3.99.01.02	PN	0	-0,004
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	-0,004
3.99.02.02	PN	0	-0,004

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.555	-34.146
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.555	-34.146

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.365	41.831
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.296	61.056
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-12.555	-34.146
6.01.01.03	Depreciação e amortização	49.861	40.202
6.01.01.05	Provisão para manutenção	3.319	-18.667
6.01.01.06	Provisão para riscos	10.244	10.531
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	49.859	59.133
6.01.01.09	Baixa de imobilizado	106	67
6.01.01.10	Juros sobre contrato de arrendamento	122	154
6.01.01.11	Provisão de fornecedores	-5.557	10.329
6.01.01.12	Impostos diferidos	-5.060	-8.485
6.01.01.13	Custo de captação amortizado das debêntures	1.957	1.938
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.931	-19.225
6.01.02.01	Contas a receber	-1.384	1.519
6.01.02.02	Estoques	2.704	-23.022
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.619	-903
6.01.02.04	Adiantamentos	2.775	-21.568
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-194	903
6.01.02.07	Fornecedores	-35.859	23.791
6.01.02.08	Tributos a recolher	-779	1.091
6.01.02.09	Obrigações com empregados e administradores	-220	2.585
6.01.02.11	Partes relacionadas	113	86
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	-22	-493
6.01.02.13	Receita acessória antecipada	-3.504	-3.038
6.01.02.14	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-122	-154
6.01.02.15	Pagamento de outorga variável	-58	-22
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-60.867	-185.984
6.02.01	Aplicação Financeira	-48.420	-56.339
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-1.330	-8.519
6.02.03	Aquisição intangível	-11.117	-121.126
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-510	-427
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento	-510	-427
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.012	-144.580
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45.550	231.268
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.538	86.688

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.451.400	0	0	-874.670	0	1.576.730
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.451.400	0	0	-874.670	0	1.576.730
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.555	0	-12.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.555	0	-12.555
5.07	Saldos Finais	2.451.400	0	0	-887.225	0	1.564.175

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.146	0	-34.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.146	0	-34.146
5.07	Saldos Finais	2.306.400	0	0	-836.708	0	1.469.692

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	177.471	235.237
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	152.399	127.718
7.01.02	Outras Receitas	110	525
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	24.962	106.994
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-57.116	-150.990
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.154	-43.996
7.02.04	Outros	-24.962	-106.994
7.02.04.01	Custos de construção	-24.962	-106.994
7.03	Valor Adicionado Bruto	120.355	84.247
7.04	Retenções	-49.861	-40.202
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.861	-40.202
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.494	44.045
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.728	4.795
7.06.02	Receitas Financeiras	2.728	4.795
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	73.222	48.840
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	73.222	48.840
7.08.01	Pessoal	15.468	12.692
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.341	9.994
7.08.01.02	Benefícios	2.817	1.079
7.08.01.03	F.G.T.S.	724	545
7.08.01.04	Outros	586	1.074
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.407	8.580
7.08.02.01	Federais	3.279	-1.584
7.08.02.02	Estaduais	4.571	3.831
7.08.02.03	Municipais	7.557	6.333
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.902	61.714
7.08.03.01	Juros	52.732	59.132
7.08.03.02	Aluguéis	658	265
7.08.03.03	Outras	1.512	2.317
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.555	-34.146
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.555	-34.146

RELEASE de

RESULTADOS

1º TRIMESTRE 2023

Divulgação Imediata

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

AUMENTO DE 7% NOS VEPs* DO 1T23 COMPARADO AO 1T22

VEPs => Veículos equivalentes pagantes

No 1º trimestre do ano a CART registrou 14,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 7% na comparação com o mesmo período de 2022. A performance de veículos pesados representa cerca de 69,4% do tráfego e apresentou aumento 5,4%. Em veículos leves o aumento foi de 10,7% comparado ao 1T22. A variação encontrada acompanha a perspectiva de crescimento econômico no Brasil.

AUMENTO DE 19,3% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 1T23 COMPARADA AO 1T22

Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção

O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, pelo aumento da tarifa ocorrida em Julho/22 e pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior).

AUMENTO DE 38,1% NO EBITDA AJUSTADO DO1T23 COMPARADO AO 1T22

O aumento no EBITDA do 1T22 está relacionado principalmente ao aumento de 19,3% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores).

REDUÇÃO DE 9,1% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 1T23 COMPARADO AO 1T22

A redução no resultado financeiro em comparação ao mesmo período do ano anterior está relacionada a queda dos índices macroeconômicos do período.

O RESULTADO DO 1T23 FICOU NEGATIVO EM R$ 12 MILHÕES

Em comparação com o 1T22, o prejuízo do 1T23 diminuiu conforme evidenciado nos quadros anteriores.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	1T23	1T22	
VEPs[1]	**14.908**	**13.936**	**7,0%**
Veículos Leves	4.569	4.129	10,7%
Veículos Pesados	10.339	9.807	5,4%
Tráfego[2]	**7.022**	**6.510**	**7,9%**
Veículos Leves	4.618	4.176	10,6%
Veículos Pesados	2.271	2.212	2,7%
Veículos Isentos	133	123	8,2%
Tarifa Média (R$)	**9,85**	**8,82**	**11,6%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

[2] Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

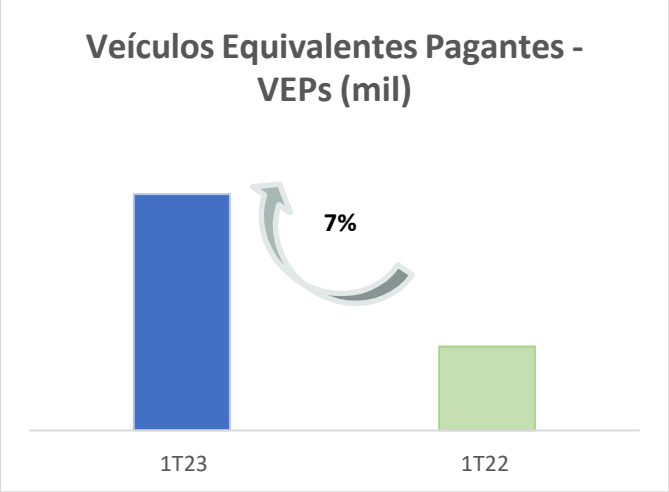
A CART registrou 14,9 milhões de Veículos Pagamentos – VEPs no primeiro trimestre de 2023, um aumento de 7% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Marc/23 sobre Jan-Marc/22): Brasil	9,45%	0,84%	7,2%

1 Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

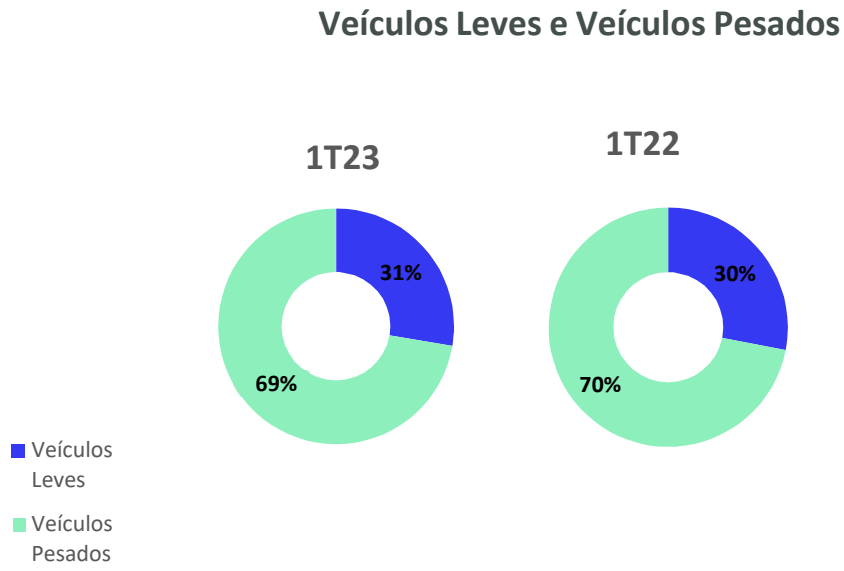
2 Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 7,2% no fluxo total de veículos no ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a circulação de 9,45% em veículos leves e 0,84% em veículos pesados.



A Companhia entende que o aumento do número de VEP ainda é sobre o efeito do encerramento de medidas de isolamento social e retorno das operações e produção de bens e serviços. A CART, quantificou uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes – VEP comparando os trimestres (1T23 vs 1T22), na ordem de 7%. A performance de veículos pesados representa cerca de 69,4% do tráfego e apresentou aumento de 5,4%. Em veículos leves o aumento foi de 10,7% comparado ao 1T22.

Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R$ mil)	1T23	1T22	▲
Receita			
Receitas com Pedágio	146.919	122.952	19,5%
Receitas Acessórias	5.480	4.768	14,9%
Receita Bruta	**152.399**	**127.720**	**19,3%**
Deduções da Receita Bruta	(13.120)	(10.997)	19,3%
Receita Líquida Ajustada[1]	**139.279**	**116.723**	**19,3%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Receita de Construção (IFRS)	**24.962**	**106.994**	**-76,7%**

A Receita Líquida Ajustada do 1T23 foi de R$ 139 milhões, apresentando uma variação positiva de 19,3% frente ao 1T22. Nas Receitas com Pedágio, este aumento é explicado pelo aumento da tarifa que ocorreu em Julho/22 e pela recuperação no tráfego entre leves e pesados de 7% frente ao mesmo período do ano anterior.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R$ mil)	1T23	1T22	Δ
Pessoal	(18.245)	(14.930)	22,2%
Conservação & Manutenção	(2.140)	(7.300)	-70,7%
Operacionais	(9.714)	(8.555)	13,6%
Provisão para Contingências	(7.732)	(4.487)	72,3%
Serviços de terceiros (*)	(3.989)	(8.424)	-52,6%
Manutenção de Veículos	(624)	(591)	5,6%
Materiais Diversos	(580)	(306)	89,5%
Outras despesas diversas	(3.732)	(5.065)	-26,3%
Outras Receitas Operacionais	110	525	-79,0%
Custos & Despesas Administráveis	**(46.646)**	**(49.134)**	**-5,1%**
Outorga Variável	(4.571)	(3.831)	19,3%
Depreciação & Amortização	(49.861)	(40.202)	24,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(101.079)**	**(93.167)**	**8,5%**
Custo de Construção (IFRS)	(24.962)	(106.994)	-76,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(4.301)	(9.533)	-54,9%
Custos & Despesas Operacionais	**(130.341)**	**(209.694)**	**-37,8%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

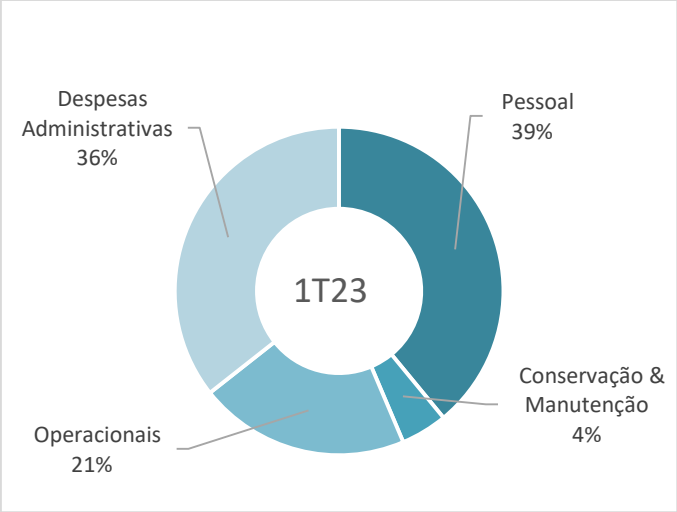
No primeiro trimestre os custos e despesas administrativas totalizaram R$ 46 milhões, uma redução de 5,8% quando comparado com o mesmo período em 2022.

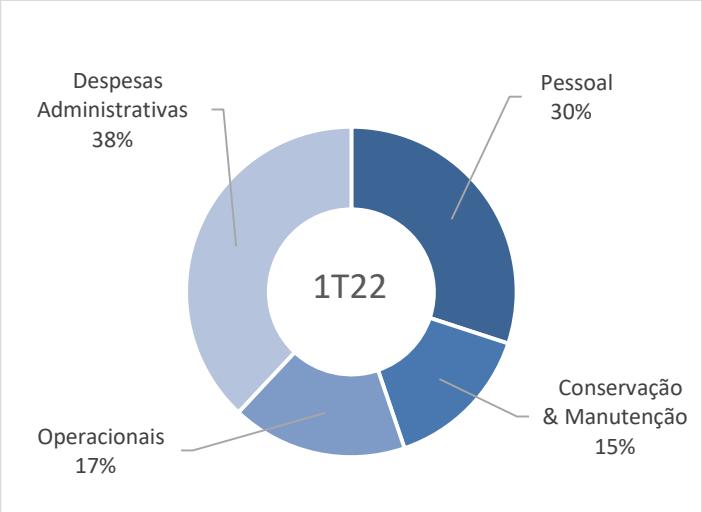
O aumento na rubrica de Custo de Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da internalização da atividade de Conserva e Manutenção, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais

Comentário do Desempenho

ocorreram variações no agrupamento de Prestação deste serviço no OPEX. As despesas administrativas têm uma redução de 5,8% comparado ao ano anterior devido as regularizações de apontamentos junto ao poder concedente. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Composição dos Custos e Despesas





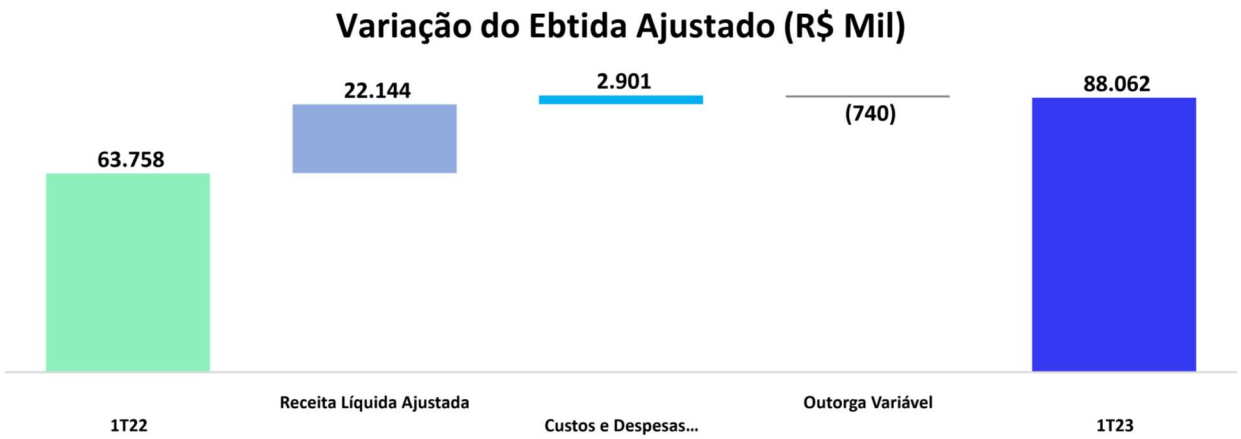
EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ mil)	1T23	1T22	
Lucro ou Prejuízo Líquido	(12.555)	(34.146)	-63,2%
Resultado Financeiro Líquido	51.515	56.654	-9,1%
IRPJ & CSLL	(5.060)	(8.485)	-40,4%
Depreciação e Amortização	49.861	40.202	24,0%
EBITDA ICVM 527	**83.761**	**54.225**	**54,5%**
Margem EBITDA	**47,2%**	**23,1%**	**24,1 pp**
Provisão de Manutenção (IFRS)	4.301	9.533	-54,9%
EBITDA Ajustado[1]	**88.062**	**63.758**	**38,1%**
Margem EBITDA Ajustada[1]	**63,2%**	**54,6%**	**8,6 pp**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado do 1T23 foi de R$ 88 milhões, aumento de 38,1% comparado ao mesmo período de 2022.Este aumento é explicado pelo aumento da tarifa em junho/22 e pela melhora no tráfego da rodovia no período.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ mil)	1T23	1T22	Δ
Resultado Financeiro	**(51.515)**	**(56.654)**	**-9,1%**
Receitas Financeiras	**2.728**	**4.795**	**-43,1%**
Juros sobre aplicações financeiras	2.680	4.646	-42,3%
Outros	48	149	-67,8%
Despesas Financeiras	**(54.243)**	**(61.449)**	**-11,7%**
Comissões e despesas bancárias	(201)	(202)	-0,3%
Variação monetária passiva	(26.257)	(36.770)	-28,6%
Juros sobre debêntures	(23.601)	(22.362)	5,5%
Outros	(4.183)	(2.115)	97,8%

O Resultado Financeiro Líquido teve uma redução de 9,1% no 1T32 comparado ao 1T22, principalmente devido a variação dos índices macroeconômicos entre os períodos.

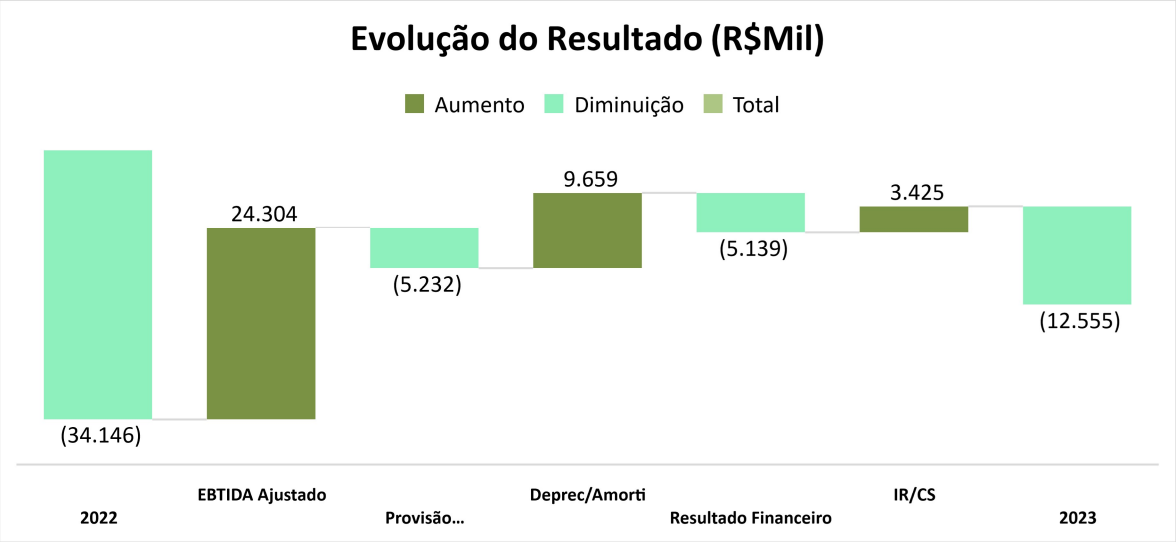
Inflação e Juros	1T23	1T22	p
IPCA Últimos 12 meses	5,36%	7,89%	-2,5 pp
CDI Final do Período	3,25%	2,43%	0,8 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,29%	6,45%	6,8 pp

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R$ mil)	1T23	1T22	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	**(12.555)**	**(34.146)**	**-63,2%**

O resultado do 1T23 foi de Prejuízo Líquido de R$ 12 milhões, melhor quando comparado ao resultado do 1T22, explicado principalmente pelo impacto dos indices macroeconômicos, melhora no tráfego da rodovia e fase atual do cronograma de investimentos da concessão.

Comentário do Desempenho



DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidade e Endividamento (R$)	1T23	1T22	
Dívida Bruta	**(1.300.893)**	**(1.313.896)**	**-0,99%**
Curto Prazo	**(96.777)**	**(93.924)**	**3,04%**
Debêntures	(96.777)	(93.924)	3,04%
Longo Prazo	**(1.204.117)**	**(1.219.972)**	**-1,30%**
Debêntures	(1.204.117)	(1.219.972)	-1,30%
Disponibilidades	**106.700**	**151.685**	**-29,66%**
Caixa e equivalentes de caixa	42.538	86.688	-50,93%
Aplicações Financeiras Vinculadas	64.163	64.997	-1,28%
Dívida Líquida Ajustada	**(1.194.193)**	**(1.162.211)**	**2,75%**

No 1T23, a Companhia apresentou uma dívida liquida de R$ 1.194 milhões, representando um aumento em comparação ao mesmo período do trimestre anterior em função da diminuição da disponibilidade de caixa em relação ao mesmo período do ano anterior.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ mil)	1T23	1T22	Δ
Investimento Total	**26.392**	**121.652**	**-76,65%**
Imobilizado	**1.330**	**8.506**	**-84,36%**
Intangível	**25.062**	**113.146**	**-76,07%**
Direito de Concessão (Investimento)	25.062	113.146	-76,07%

No 1T23 foram investidos R$ 25 milhões destinados principalmente a segunda intervenção de pavimento previsto da concessionária, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados, representando uma redução de 76,07% quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

Comentário do Desempenho

SOBRE A COMPANHIA

A CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Corretor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no Eixo Prfincial e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 muncípios, com acesso ao inicio da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Nore do Paraná, por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R$ mil)	1T23	1T22	
Receita operacional líquida	164.241	223.717	-26,59%
Custo dos serviços prestados	(110.399)	(183.198)	-39,74%
LUCRO BRUTO	**53.842**	**40.519**	**32,88%**
Gerais e administrativas	(20.052)	(27.021)	-25,79%
Outras receitas operacionais, líquidas	110	525	-78,96%
RESULTADO OPERACIONAL	**33.901**	**14.023**	**141,75%**
Receitas financeiras	2.728	4.795	-43,12%
Despesas financeiras	(54.243)	(61.449)	-11,73%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	**(17.614)**	**(42.631)**	**-58,68%**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.060	8.485	-40,37%
LUCRO DO PERÍODO	**(12.555)**	**(34.146)**	**-63,23%**

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R$ Mil)	31/03/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	42.538	45.550
Aplicação Financeira Vinculada	64.163	15.742
Contas a receber	44.000	42.616
Estoques	6.346	9.050
Tributos a recuperar	6.430	9.049
Adiantamentos a fornecedores	3.110	5.885
Outros	2	-
Total do Circulante	**166.589**	**127.892**
Ativo não Circulante		
Impostos diferidos ativos	432.348	427.288
Depósitos judiciais	15.899	15.705
Outros	9	9
Imobilizado	37.570	38.722
Infraestrutura em andamento	76.602	78.716
Intangível	2.456.923	2.477.233
Total do Não Circulante	**3.019.351**	**3.037.673**
TOTAL DO ATIVO	**3.185.940**	**3.165.566**

Passivo (R$ Mil)	31/03/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Fornecedores	43.821	51.339
Debêntures	96.777	73.415
Tributos a recolher	5.808	6.586
Obrigações com empregados e administradores	11.446	11.665
Credor pela Concessão	1.609	1.667
Partes relacionadas	404	291
Receita Acessória Antecipada	5.921	11.261
Passivo de arrendamento	3.096	3.113
Provisão para manutenção	77.137	97.146
Outros	363	382
Total do Circulante	**246.382**	**256.866**
Passivo Não Circulante		
Passivo de arrendamento	2.196	2.633
Debêntures	1.204.117	1.175.664
Provisão para riscos processuais	114.704	104.461
Receita Acessória Antecipada	36.014	34.178
Provisão para manutenção	18.353	15.035
Total do Não Circulante	**1.375.384**	**1.331.970**
TOTAL DO PASSIVO	**1.621.765**	**1.588.836**
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.451.400	2.451.400
Prejuízos Acumulados	(887.226)	(874.670)
Total do Patrimônio Líquido	**1.564.174**	**1.576.730**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.185.940**	**3.165.566**

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.
A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART ("Companhia") abaixo designados declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023.

Bauru, 11 de maio de 2023.

Rene Pinto da Silva
Presidente

Gilson De Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigo Lavorini
Contador CRC 1SP241985

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação

desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

TERMO ADITIVO MODIFICADO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo n° 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O presente Termo tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja, na data de 6 de julho de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) -Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Report* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Trimestrais - ITR.

2.2. Bases de apresentação

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2022 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 12.556 acumulado até o período de 31 de março de 2023 e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 79.794 (R$ 128.973 em 31 de dezembro de 2022).

A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que as provisões para manutenções, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, serão

Notas Explicativas

concluídas durante o exercício de 2023 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais.

Todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondeeem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das Informações contábeis intermediárias foram autorizadas e aprovadas pela Administração em 11 de maio de 2023.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.711	8.934
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	37.827	36.616
Total de caixa e equivalentes de caixa	42.538	45.550

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2023, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Taxa Média	Indexador	31/03/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	64.163	15.742

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. Em 31 de março

de 2023 as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 100% a.a. do CDI (em 31 de dezembro de 2022, a taxa de 99% a.a. do CDI).

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a titulo de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a titulo de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

	31/03/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico a receber (*)	33.343	33.496
Vale pedágio	1.619	1.292
Locação de fibra óptica	2.694	2490
Outros (**)	6.344	5.339
Total	44.000	42.616
A vencer	43.501	42.165
Vencidos	499	451
	44.000	42.616

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

(**) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	31/03/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicações financeiras	4.991	6.041
PER/DCOMP	1.270	2.838
Outros	170	170
Total circulante	6.430	9.049

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Ativos/ Passivos		Resultado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022
Prejuízo fiscal – IR	318.069	313.628	4.441	10.231
Base negativa – CS	114.994	113.254	1.740	3.683
Provisão para manutenção	32.462	38.137	(5.765)	(6.347)
Provisão para contingências	13.714	11.085	2.629	2.360
Atualização depósitos judiciais	2.340	1.363	977	-
Outras diferenças temporárias	3.640	3.518	121	(123)
Total do ativo fiscal diferido	485.218	480.985	4.233	9.804
Amortização de direito de concessão	(37.090)	(37.670)	580	(580)
Custo de Captação	(7.535)	(7.653)	118	(610)
Margem de construção	(6.756)	(6.862)	106	(106)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.489)	(1.512)	23	(23)
Total do passivo fiscal diferido	(52.871)	(53.697)	827	(1.319)
	432.348	427.288	5.060	8.485

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 31 de março de 2023
Prejuízo fiscal - IR	313.628	4.441	-	4.441	318.069
Base negativa - CS	113.254	1.740	-	1.740	114.994
Provisão para manutenção	38.137	-	(5.675)	(5.675)	32.462
Provisão para contingências	12.448	3.606	-	3.606	16.054
Outras diferenças temporárias	3.519	121	-	121	3.640
Total do ativo fiscal diferido	480.986	9.908	(5.675)	4.233	485.218
Amortização de direito de concessão	(37.670)	-	580	580	(37.090)
Custo de Captação	(7.653)	-	118	118	(7.535)
Margem de construção	(6.862)	-	106	106	(6.756)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.513)	-	23	23	(1.489)
Total do passivo fiscal diferido	(53.698)	-	827	827	(52.871)
	427.288	9.908	(4.848)	5.060	432.348

Notas Explicativas

	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Total constituido em resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo fiscal – IR	299.660	16.151	(2.201)	13.968	313.628
Base negativa – CS	108.232	5.460	(438)	5.022	113.254
Provisão para manutenção	39.189	21.642	(22.694)	(1.052)	38.137
Provisão para contingências	7.554	4.894	-	4.894	12.448
Outras diferenças temporárias	3.126	813	(420)	393	3.519
Total do ativo fiscal diferido	457.761	48.960	(25.753)	23.224	480.985
Amortização de direito de concessão	(39.988)	-	2.318	2.318	(37.670)
Custo de Captação	(8.124)	-	471	471	(7.653)
Margem de construção	(7.284)	-	422	422	(6.862)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	-	94	94	(1.513)
Total do passivo fiscal diferido	(57.002)	-	3.305	3.305	(53.697)
	400.759	48.960	(22.448)	26.530	427.288

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 5.060 de imposto fiscal diferido (em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu o valor de R$ 8.485).

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Notas Explicativas

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(17.615)	(42.631)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	5.989	14.495
Adições permanentes	(1.286)	(6.208)
Exclusões permanentes	357	198
Imposto de renda e contribuição social resultado	5.060	8.485
Impostos diferidos	5.060	8.485
Total dos impostos diferidos	5.060	8.485
Alíquota Efetiva	29%	20%

7. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI controladora final do Pátria III – Fundo de Investimento em Participações.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

31/03/2023				31/03/2023
			Passivo	Resultado
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	5	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	399	(1.283)
Total			404	(1.283)

Notas Explicativas

31/12/2022				31/03/2022
			Passivo	Resultado
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	21	(460)
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	9	(702)
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	261	(795)
Total			291	(1.957)

(a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R$ 8.000 (R$ 7.500 em 31 de dezembro de 2022).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	31/03/2023	31/03/2022
Pró-labore	552	1.576
Bônus variáveis	1.126	596
Encargos	456	357
Outros benefícios	15	5
Total	2.149	2.534

8. ESTOQUE

Composição	31/03/2023	31/12/2022
Material para Pavimentação	23	2.615
Elementos de Proteção e Segurança	1.538	1.900
Material de Sinalização	4.184	4.053
Outros	601	482
Total	6.346	9.050

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	31/12/2022	Adições	Baixas	31/03/2023
Custo					
Instalações	25	249	-	-	249
Máquinas e equipamentos	6	19.756	530	-	20.286
Móveis e utensílios	6	4.719	-	-	4.719
Veículos	5	29.161	664	(138)	29.687
Equipamentos de informática	6	47.198	21	-	47.219
Ferramentas e aparelhos	9	2.142	115	-	2.257
		103.226	1.330	(138)	104.417
Depreciação acumulada					
Instalações		(75)	(3)	-	(78)
Máquinas e equipamentos		(7.790)	(317)	-	(8.107)
Móveis e utensílios		(4.068)	(37)	-	(4.105)
Veículos		(11.062)	(1.548)	32	(12.577)
Equipamentos de informática		(41.028)	(424)	-	(41.452)
Ferramentas e aparelhos		(480)	(47)	-	(527)
		(64.503)	(2.376)	32	(66.846)
Imobilizado líquido		38.722	(1.046)	(106)	37.570

	Vida útil média em anos	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo					
Instalações	25	167	83	-	249
Máquinas e equipamentos	6	16.310	3.419	25	19.756
Móveis e utensílios	6	4.353	366	-	4.719
Veículos	5	26.334	3.760	(933)	29.161
Equipamentos de informática	7	45.603	3.121	(1.525)	47.198
Ferramentas e aparelhos		474	1.669	(1)	2.142
		93.241	12.418	(2.434)	103.226
Depreciação acumulada					
Instalações		(65)	(10)	-	(75)
Máquinas e equipamentos		(6.684)	(1.111)	5	(7.790)
Móveis e utensílios		(3.952)	(116)	-	(4.068)
Veículos		(5.408)	(6.197)	543	(11.062)
Equipamentos de informática		(40.560)	(1.769)	1.301	(41.028)
Ferramentas e aparelhos		(331)	(149)	-	(480)
		(57.000)	(9.352)	1.849	(64.503)
Imobilizado líquido		36.241	3.066	(585)	38.722

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 2.376 em depreciação (em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 2.209).

Notas Explicativas

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

	Vida útil em anos	31/12/2022	Adições	Baixa	31/03/2023
Custo					
Software	5	13.760	9	-	13.769
Marcas e patentes	10	20	35	-	55
Direito de concessão	(**)	2.979.613	27.076	-	3.006.688
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		8.223	56	-	8.279
		3.635.616	27.176	-	3.664.791
Amortização					
Software		(11.396)	(76)	-	(11.472)
Marcas e patentes		(20)	-	-	(20)
Direito de concessão		(852.652)	(41.448)	-	(894.100)
Outorga fixa		(290.899)	(5.283)	-	(296.182)
Direito de uso - IFRS 16		(3.416)	(678)	-	(4.094)
Amortização acumulada		(1.158.383)	(47.485)	-	(1.205.868)
Intangível líquido		2.477.233	(20.308)	-	2.456.923
Infraestrutura em construção (***)		78.716		(2.114)	76.602

	Vida útil em anos	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2022
Custo						
Software	5	12.643	1.117	-	-	13.760
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.588.443	234.268	(1.479)	158.381	2.979.613
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		6.597	1.626	-	-	8.223
		3.241.703	237.011	(1.479)	158.381	3.635.616
Amortização						
Software		(11.096)	(300)	-	-	(11.396)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(711.251)	(142.879)	1.478	-	(852.652)
Outorga fixa		(269.765)	(21.133)	-	-	(290.899)
Direito de uso - IFRS 16		(769)	(2.646)	-	-	(3.416)
Amortização acumulada		(992.901)	(166.958)	1.478	-	(1.158.383)
Saldo intangível líquido		2.248.802	70.051	(1)	158.381	2.477.233
Infraestrutura em construção (***)		78.049	159.348	-	(158.681)	78.716

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 47.485 em amortização (em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 37.997).

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível para melhor classificação contábil.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão. Estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificassem o teste para 31 de março de 2023.
Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 5% em 2023, 4,2% em 2024 e 3,6% até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custo dos recursos externos.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

11. FORNECEDORES

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	41.551	43.512
Fornecedores provisão	2.270	7.827
Total	43.821	51.339

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24**.**

Notas Explicativas

12. IMPOSTOS A RECOLHER

	31/03/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	2.008	2.237
ISS	3.387	3.908
IRRF e CSRF	138	108
INSS sobre terceiros	235	336
Total circulante	5.808	6.586

13. DEBÊNTURES

	31/12/2022	Custo de captação amortizado	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2023
Passivo circulante						
Debêntures	81.233	-	22.208	1.146	7	104.594
Custos a amortizar	(7.817)	-	-	-	-	(7.817)
Total	73.415	-	22.208	1.146	7	96.777
Passivo não circulante						
Debêntures	1.251.015	-	1.394	25.111	(7)	1.277.513
Custos a amortizar	(75.352)	1.957	-	-	-	(73.395)
Total	1.175.664	1.957	1.394	25.111	(7)	1.204.117
Total geral	1.249.079	1.957	23.601	26.257	-	1.300.894
Circulante	73.415					96.777
Não circulante	1.175.664					1.204.117

	31/12/2021	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2022
			Principal	Atualização Monetária	Juros				
Passivo circulante									
Debêntures	77.830	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	84.492	81.233
Custos a amortizar	(7.752)	7.795	-	-	-	-	-	(7.860)	(7.817)
Total	70.078	7.795	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	76.632	73.415
Passivo não circulante									
Debêntures	1.265.072	-	-	-	-	-	70.436	(84.492)	1.251.015
Custos a amortizar	(82.324)	(888)	-	-	-	-	-	7.860	(75.352)
Total	1.182.748	(888)	-	-	-	-	70.436	(76.632)	1.175.664
Total geral	1.252.826	6.907	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	77.160	-	1.249.079
Circulante	70.078								73.415
Não circulante	1.182.748								1.175.664

Notas Explicativas

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2023
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	188.629
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	43.045
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.150.431
(-) Custos de transação - Debêntures				(81.212)
Total				1.300.893
Parcelas do circulante				96.777
Parcelas do não circulante				1.204.117

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2022
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.134.112
(-) Custos de transação – Debêntures				(83.169)
Total				1.249.079
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664

Vencimento longo prazo	
2024	108.464
2025	63.190
2026	30.034
2027	115.890
2028 em diante	886.539
Total longo prazo	1.204.117

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1,00, totalizando R$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2023 é de R$ 2.936 (R$ 3.355 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10,00, totalizando R$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e. em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2023 é de R$ 78.371 (R$ 79.908 em 31 de dezembro de 2022).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

(1) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R$634.000, conforme Nota explicativa nº 10, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% está sendo aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2023 é de R$ 1.609 (R$ 1.667 em 31 de dezembro de 2022).

Durante o período findo em 31 de março de 2023, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 4.629 (R$ 3.831 comparado ao mesmo período do ano anterior) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

Notas Explicativas

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação. O limite máximo de indenização é de R$ 42.812. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R$ 165.449. Vigência de 12 meses.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

	31/03/2023		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.832	8.317	18.149
Cíveis	29.174	38.206	67.381
Tributária	-	1.041	1.041
Procedimentos Arbitrais (*)	75.328	39.606	114.934
Ambiental	370	7.465	7.836
Total	114.704	94.636	209.340

	31/12/2022		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.255	9.945	20.200
Cíveis	19.123	33.355	52.478
Tributária	-	1.000	1.000
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	39.290	114.017
Ambiental	356	7.171	7.527
Total	104.461	90.761	195.220

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês.

Notas Explicativas

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2023
Trabalhistas	10.255	1.135	(2.023)	465	9.832
Cíveis e ambientais	19.479	10.120	(684)	629	29.544
Procedimentos Arbitrais	74.727	-	-	601	75.328
Total	104.461	11.255	(2.707)	1.695	114.704

Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2022
Trabalhistas	12.427	2.145	(6.869)	2.552	10.255
Cíveis e ambientais	7.244	19.316	(12.764)	5.682	19.479
Procedimentos Arbitrais	66.401	-	-	8.326	74.727
Total	86.072	21.461	(19.633)	16.560	104.461

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 10.244 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 10.531).

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Notas Explicativas

A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento a avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbital parcial em 29 de março de 2021.

Após a referida sentença, as partes apresentaram suas manifestações com pedidos de reconsideração, as quais foram indeferidas. Com tais indeferimentos, deu-se inicio a fase de liquidação da sentença arbitral parcial, com a apresentação, pelas partes, de seus cálculos liquidatórios, os quais encontram-se em fase de discussão.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R$ 75.328 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda e o montante de R$ 39.306 como possível. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de março de 2023.

d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.880	1.875
Cíveis	9.540	9.408
Tributária	917	889
Ambiental	34	34
Regulatório	3.528	3.498
Total	15.899	15.705

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de março de 2023, o montante é de R$ 1.880 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 1.875).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de março de 2023 o montante é de R$ 9.540 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 9.408).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de março de 2023 depósitos de natureza tributária no montante de R$ 917 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 889),

ambiental no montante de R$ 34 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 34) e regulatória no montante de R$ 3.528 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$ 3.498).

16. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	5.921	11.261
Não circulante	36.014	34.178
Total receita diferida	41.935	45.439

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2023 são:

Provisão para Manutenção	31/12/2022	Adições	AVP (*)	Consumo	31/03/2023
Passivo circulante	97.146	-	-	(20.009)	77.137
Passivo não circulante	15.035	4.301	(983)	-	18.353
Total	112.181	4.301	(983)	(20.009)	95.490

Provisão para Manutenção	31/12/2021	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências	31/12/2022
Passivo circulante	97.759	74.067	-	-98.785	24.105	97.146
Passivo não circulante	17.513	30.373	-8.746	-	-24.105	15.035
Total	115.272	104.440	-8.746	-98.785	-	112.181

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 3.319 em provisão para manunteção (em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu o valor negativo de R$18.667).

Notas Explicativas

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	5.746	6.457
Adições	56	1.626
Juros provisionados	122	607
Pagamento de juros	(122)	(607)
Pagamento de principal	(510)	(2.337)
Total	5.292	5.746
Passivo circulante	3.096	3.113
Passivo não circulante	2.196	2.633

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 122 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 154.

Para os contratos reconhecidos no primeiro trimestre de 2023, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (idêntico em 31 de março de 2022).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 2.451.400 (R$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2022), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2022), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

20. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2023 e 2022 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Notas Explicativas

Receitas por natureza

	31/03/2023	31/03/2022
Receita de pedágio	146.919	122.952
Receitas acessórias	5.480	4.768
Impostos	(13.120)	(10.997)
Receita líquida de serviços	139.279	116.723
Receita de construção (a)	24.962	106.994
Receita total	164.241	223.717

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	31/03/2023	31/03/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	152.399	127.720
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	4.572	3.833
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	991	830
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	7.557	6.334
Deduções da receita	13.120	10.997

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/03/2023	31/03/2022
Depreciação e amortização	(49.861)	(40.202)
Custo de construção de obra	(24.962)	(106.994)
Pessoal	(18.245)	(14.931)
Provisão para contingências	(7.732)	(4.487)
Operacionais	(9.714)	(8.555)
Outorga variável	(4.571)	(3.831)
Provisão de manutenção	(4.301)	(9.533)
Servicos de terceiros (*)	(3.989)	(8.424)
Conservação e manutenção	(2.140)	(7.300)
Manutenção de veículos	(624)	(591)
Materiais diversos	(580)	(306)
Outras despesas diversas	(3.732)	(5.065)
Outras receitas operacionais	110	525
	(130.341)	(209.694)

Notas Explicativas

Custo de serviços prestados	(110.399)	(183.198)
Despesas gerais e administrativas	(20.052)	(27.021)
Outras receitas operacionais	110	525
	(130.341)	(209.694)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	31/03/2023	31/03/2022
Juros sobre aplicações financeiras	2.680	4.646
Outros	48	149
Total receitas financeiras	2.728	4.795
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(201)	(202)
Variação monetária passiva	(26.257)	(36.770)
Juros sobre debêntures	(23.601)	(22.362)
Outros	(4.183)	(2.115)
Total despesas financeiras	(54.243)	(61.449)
Total resultado financeiro	(51.515)	(56.654)

23. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2023	31/03/2022
Numerador básico		
Resultado do período	(12.556)	(34.146)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	12.602.598	12.602.598
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R$)	(0,001)	(0,003)

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o primeiro trimestre de 2023, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	42.538	-		45.550	-	
Aplicações financeiras	64.163	-		15.742	-	
Depósitos judiciais	15.899	-		15.705	-	
Contas a receber	44.000	-		42.616	-	
Outros	9	-		10	-	
Total do ativo	166.609	-		119.623	-	
Passivos						
Fornecedores	-	43.821		-	51.339	
Partes relacionadas	-	404		-	291	
Debêntures	-	1.300.893		-	1.249.079	
Concessão de serviço público	-	1.609		-	1.667	
Passivo de arrendamento	-	5.292		-	5.746	
Outros	-	363		-	382	
Total do passivo	-	1.352.382		-	1.308.505	

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

Notas Explicativas

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:
Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresenta valores a receber de R$ 44.000 (R$ 42.616 em 31 de dezembro de 2022), sendo 79,5% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

Notas Explicativas

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da informações contábeis intermediárias:

31 de março de 2023	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Debêntures	1.300.893	2.179.875	217.988	1.961.887
Fornecedores	43.821	43.821	43.821	-
Partes relacionadas	404	404	404	-
Credor pela concessão	1.609	1.609	1.609	-
Passivo de arrendamento	5.292	8.788	3.096	5.692

31 de dezembro de 2022	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.249.079	1.848.637	184.864	1.663.773
Fornecedores	51.339	51.339	51.339	-
Partes relacionadas	291	291	291	-
Credor pela concessão	1.667	1.667	1.667	-
Passivo de arrendamento	5.746	8.699	3.133	5.566

f) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	*50%*	*25%*	*50%*
DI Ativo (% ao ano)	13,64%	17,05%	20,46%	10,23%	6,82%
DI Passivo (% ao ano)	13,64%	17,05%	20,46%	10,23%	6,82%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,65%	5,81%	6,98%	3,49%	2,33%

Os indicadores utilizados para o cálculo de exposição em 2023 foram obtidos com base nas projeções do BACEN no boletim Focus de 10/04/2023.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2023, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Notas Explicativas

	Consolidado		*Cenário provável*		*Valorização (R$)*		*Desvalorização (R$)*	
Instrumentos	***Exposição em 31/03/2023***	***Risco***	***(Nível 1)***		***(Nivel 2)***	***(Nivel 3)***	***(Nivel 2)***	***(Nivel 3)***
			%	***Valor***	***25%***	***50%***	***25%***	***50%***
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	42.538	CDI	13,64%	5.802	7.253	8.703	4.352	2.901
Aplicações financeiras vinculadas	64.163	CDI	13,64%	8.752	10.940	13.128	6.564	4.376
Debêntures (*)	(1.300.893)	IPCA	4,65%	(60.492)	(75.614)	(90.737)	(45.369)	(30.246)
Total	(1.194.193)			(45.938)	(57.422)	(68.906)	(34.453)	(22.969)
Impacto no resultado e património líquido					(11.484)	(22.969)	11.484	22.969

(*) Inclui custos de transação a amortizar.

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

25. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de março de 2023, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	47.835	16/06/2023	Pottencial	(a)
Garantia funções operacionais	184.858	16/06/2023	Pottencial	(b)
Responsabilidade civil	45.640	06/07/2023	AXA/HDITokio	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2023	Tokio	(d)
D & O	30.000	10/08/2023	Austral	
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2023	Sura	
Fiança Locatícia	90	03/01/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Galpão Ourinhos	113	30/10/2024	Pottencial	
Fiança Locatícia - Galpão	139	01/01/2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	891	até 2024	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	6.232	até 2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	2.035	até 2026	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	36.211	até 2027	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	23.659	até 2028	Pottencial	

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário

constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2023, conforme mencionado na nota explicativa nº10, foram adquiridos intagíveis no custo total de R$25.006 a seguinte forma:

	31/03/2023	31/03/2022
Custo com aquisição intangível	(25.006)	-
Saldo de fornecedor no fim do exercício	36.123	-
	11.117	-

***

René Silva
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 11 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 31 de março de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 31 de março de 2023.